

ESCOLA PARA O TRABALHO NA DÉCADA DE 1970 A 1990: A MATERIALIDADE DO CENTRO INTERESCOLAR DE SEGUNDO GRAU DR. JOÃO BACELAR PORTELA E DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUALEM SÃO LUÍS, MARANHÃO

SCHOOL FOR WORK IN THE 1970s AND 1980s: THE MATERIALITY OF THE CENTRO INTERESECOLAR DE SEGUNDO GRAU DR. JOÃO BACELAR PORTELA in SÃO LUÍS, MARANHÃO

Nadjelena de Araújo Souza¹
Maurilane de Souza Biccass²

RESUMO

Neste trabalho objetiva-se compreender a materialidade do Centro Interescolar Dr. João Bacelar Portela e da Escola Técnica Estadual do Maranhão no que diz respeito à sua arquitetura escolar por considerá-la objeto histórico e rica fonte para o entendimento das práticas escolares. O recorte temporal tem como marco inicial o ano de 1971 por ser o ano da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 e como referência final o ano de 1991, ano em que a escola já se encontrava com a denominação de Escola Técnica Estadual. As fontes de pesquisa utilizadas foram as oficiais emanadas do governo federal e estadual, as plantas e os documentos escolares. Os conceitos utilizados neste texto estão ancorados em autores como Certeau (2014), Magalhães (2004), Frago e Escolano (2001), Foucault (2014). Conclui-se que o arranjo material do prédio expressava e refletia determinados discursos, transmitia conteúdos, estímulos e valores impondo uma disciplinarização do uso dos espaços, assim como dos movimentos e dos gestos.

Palavras-chaves: arquitetura escolar, cultura escolar, instituições escolares.

ABSTRACT

This work aims to understand the materiality of the Centro Interescolar Dr. João Bacelar Portela and the Escola Técnica Estadual with regard to their school architecture, considering them a historical object and rich source for the understanding of school practices. The time frame has as its starting point the year 1971 because it was the year of approval of the Law of Guidelines and Bases of National Education 5.692 / 71 and as a final reference the year 1991, the year when the school was already named of State Technical School. The sources of research used were federal and state government officials, plans and school documents. The concepts used in this text are anchored in authors such as Certeau (2014), Magalhães (2004), Frago and Escolano (2001), Foucault (2014). It is concluded that the material arrangement of the building expressed and reflected certain discourses, as well as transmitted contents, stimuli and values imposing a disciplinarization of the use of spaces, as well as movements and gestures.

Keywords: school architecture, school culture, school institutions.

¹Mestra em Educação pela Universidade de São Paulo. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação. Email: nadjelena.souza@ifma.edu.br

² Livre Docente e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação e Coordenadora da área de Cultura, Filosofia e História da Educação da Universidade de São Paulo. Compõe a coordenação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação. Email: msbiccass@usp.br

INTRODUÇÃO

O Centro Interescolar de Segundo Grau Dr. João Bacelar Portela (CIEJBP), situado na capital do estado do Maranhão, foi inaugurado em 15 de março de 1980, por João Castelo Ribeiro Gonçalves³, governador do Estado no período de 1979 a 1982. O ato inaugurativo representou uma estratégia de divulgação dos feitos do então governo para comemorar seu primeiro ano de gestão, assim, a data foi marcada por festividades e entrega de bens públicos como a pavimentação da rodovia MA-201, que interliga o município de São José de Ribamar à capital, a entrega de duas escolas entre elas o CIEJBP, situado na Vila Ivar Saldanha, e o Centro de Ensino Cônego José de Ribamar Carvalho, na Vila Palmeira.

Após a entrega do CIEJBP à comunidade da Vila Ivar Saldanha o prédio ficou inativo por um ano, iniciando o funcionamento com a sua criação jurídica por meio do Decreto nº 8.096, de 30 de abril de 1981. A partir do decreto a escola passou a funcionar como o único centro interescolar de segundo grau existente no estado do Maranhão.

O projeto de centro interescolar teve suas raízes na década de 1970 quando houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 5.692/71, a qual reformulou os antigos ensinos primário e secundário em ensino de primeiro e segundo graus, cujo o objetivo era de desenvolver as potencialidades dos educandos para autorrealização, para o trabalho e para o exercício da cidadania.

A aprovação do dispositivo legal gerou a necessidade de reestruturação da rede pública e privada e trouxe a obrigação dos poderes públicos em ampliar as vagas no ensino de primeiro e segundo graus de modo que atendesse à população excluída historicamente das séries iniciais e das séries finais.

Desse modo, a LDBEN nº 5.692/71 buscou articular os graus de ensino por vias da organização curricular composta por um núcleo comum de disciplinas (geral) e uma parte diversificada (específica). No ensino de segundo grau a parte específica do currículo conduziria à habilitação profissional com a predominância das disciplinas voltadas para o mercado de trabalho em prejuízo daquelas de caráter humanista.

Naquele contexto cujo tripé era a doutrina da segurança nacional, a Teoria do Capital Humano e as correntes do pensamento cristão conservador (GERMANO, 2011, p. 183), a implantação do ensino de segundo grau demandava a adequação das escolas ao modelo de

³Governador do Estado no período de 1979 a 1982. Indicado a governador do estado do Maranhão por José Sarney que era bem relacionado com os chefes militares do executivo brasileiro.

ensino profissionalizante direcionado para o desenvolvimento do País o qual subordinava a educação à produção. Desse modo, a implantação de tal nível de ensino gerava pontos de estrangulamento na sua organização pelo alto custo dos equipamentos, pelo ônus da criação e readaptação de espaços físicos para oficinas e pela carência de professores com formação para as disciplinas profissionalizantes do currículo.

Para solucionar a problemática sobredita, a alternativa encontrada para a racionalização dos recursos e redução dos gastos, segundo o artigo 3º da LDBEN nº 5.692/71 foi:

- a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;
- b) a entrosagem e a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;
- c) a organização de centros interescolares que reúnam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos.

Nesse sentido, a criação dos centros interescolares surgia como solução para não onerar as despesas das redes escolares, considerando-se o alto custo na montagem de laboratórios e oficinas. Esse modelo de espaço educativo congregaria as principais instalações e equipamentos para oferecer a parte profissionalizante do currículo a um grande número de estudantes que frequentava as escolas circunvizinhas aos centros interescolares, garantindo, pelo menos no discurso, que todos os (as) alunos (as) cursassem uma habilitação profissional exigida pela reforma educacional.

No estado do Maranhão, as décadas de 1970 e 1980 representaram um momento de transformações com o crescimento populacional e mudanças urbanas, as quais favoreceram a implantação de novos projetos escolares. A criação do CIEJBP se deu pelo surgimento de uma nova configuração social e econômica que exigiu novas instituições escolares para o atendimento ao público de 15 a 19 anos de idade, visto que essa população amargava com a escassez de escolas de segundo grau. Em 1974, ano de aprovação do acordo internacional nº 1.067-BR, este que deu origem à escola em apreço, o Maranhão possuía apenas duas instituições públicas de segundo grau mantidas pela esfera estadual: o Liceu Maranhense⁴ e o Centro de Ensino Gonçalves Dias que estava em fase de construção.

Nesse cenário, a educação pública maranhense não dispunha dos recursos necessários para expandir a sua rede de escolas e apenas 45,8% da população de 7 a 14 anos estiveram

⁴Primeiro colégio público de ensino secundário do Maranhão. Criado pela Lei nº 77, no dia 24 de julho de 1838 pelo presidente da província do Maranhão, Vicente Thomaz de Figueiredo Camargo.

matriculados no ano de 1971, ou seja, mais da metade da população em idade escolar permaneceu desassistida de escola. (MARANHÃO, 1981). Por outro lado, apenas 2% da população de 15 a 19 anos tinham acesso ao ensino de segundo grau (MARANHÃO, 1979) e a rede particular dominava a quantidade de matrículas nesse nível.

A situação caótica se estendeu na década de 1970 e 1980 mesmo com a lenta ampliação da rede de escolas públicas, soma-se a isso o fato de o estado do Maranhão possuir as piores taxas de alfabetização em 1970 (39,7%) e em 1980 (50,3%) quando comparada à média das regiões brasileiras. (SOUZA, 2018).

Em face dessa situação, o governo federal organizou uma série de estratégias, impondo um próprio e um modo de consumo (CERTEAU, 2014) para acelerar a implantação da legislação educacional entre elas, a solicitação de ajuda técnica e financeira junto a organismos internacionais. O acordo nº 1.067-BR, assinado em 27 de dezembro de 1974 entre o governo federal, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e os Estados pretendia auxiliar as Secretarias de Educação dos estados mais pobres da Região Norte e Nordeste na implantação da reforma educacional de 1971, a saber: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

O acordo nº 1.067-BR beneficiou tais estados por apresentarem os piores índices educacionais e dificuldades na implantação da reforma educacional. A injeção de aportes financeiros no setor educacional do Norte e do Nordeste brasileiro partia da concepção de pobreza como resultado da estrutura socioeconômica e da insuficiente aplicação de montantes no desenvolvimento de recursos humanos.

O objetivo principal para a implantação do Projeto nº 1.067-BR esteve direcionado para o aperfeiçoamento e expansão dos sistemas de educação estaduais, contribuindo para corrigir os desequilíbrios regionais nas oportunidades educacionais, especialmente no segundo grau. Na prática, as ações se desdobravam nos seguintes programas:

- a) Construção, instalação e equipamento de 46 unidades escolares;
- b) Treinamento intensivo de equipes pedagógicas (2.200 professores) e administrativas (cerca de 300 administradores) tanto das unidades construídas como das escolas-satélites;
- c) Assistência técnica aos Estados participantes mediante a formação de 20 consultores em diferentes áreas de especialidades e 80 técnicos com especialização (bolsistas no Brasil e no exterior);
- d) Estudos de pré-inversão para avaliar a situação escolar da região Norte/Nordeste, particularmente nas áreas rurais, em termos de instalações, recursos materiais e humanos (BRASIL, 1974a, p. 8).

A meta para o ensino de segundo grau era de implantar cursos profissionalizantes na modalidade de habilitação básica, cujo atendimento de 47.760 alunos (as) seria viabilizado

por meio da criação de 18.480 vagas. Para esse nível de ensino foram construídos centros interescolares e colégios integrados. No Estado do Maranhão, apenas as cidades de São Luís, Imperatriz e Caxias foram contempladas pelo Acordo nº 1.067-BR por serem as mais populosas na época. Em São Luís se instalou a maior quantidade de escolas: a Unidade Integrada de 1º grau Laura Rosa, o Centro Interescolar de 1º Grau Antônio Jorge Dino, o Centro de Ensino de 2º Grau Cônego José de Ribamar Carvalho e o Centro Interescolar de 2º Grau Dr. João Bacelar Portela. Imperatriz recebeu o Centro de Ensino de 2º Grau Graça Aranha e Caxias recebeu o Centro de Ensino de 2º Grau Aluizio Azevedo.

A partir de 1981 o CIEJBP iniciou suas atividades escolares no sistema de intercomplementaridade em conformidade com o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 76/75 que instituiu a modalidade profissional denominada de habilitação básica, haja vista que a burocracia educacional considerou inviável a habilitação profissional de técnico para o exercício de uma ocupação definida, tal como estabelecia o Parecer nº 45/72. Dessa forma, os órgãos educacionais normativos passaram a defender um tipo de habilitação para o treinamento da massa crescente de alunos (as) para diversos ramos ou áreas de atividades:

[...] cabe à escola proporcionar ao aluno, além da cultura geral, apenas os conhecimentos tecnológicos básicos de uma área ou ramo de atividade, deixando que a formação profissional se complete no emprego, ao se definir uma ocupação. O treinamento operacional em escola, quando exigido, é em uma escala reduzida, o que permite grande simplificação e, portanto, redução de custos das dependências e dos equipamentos necessários à profissionalização. No caso das habilidades básicas, os equipamentos passam a ter a finalidade de demonstrar princípios e conhecimentos básicos de determinada área de atividade. Neles poderão os alunos executar, em escala reduzida, experiências equivalentes às dos equipamentos dos tipos utilizados nas empresas. Passam a ser equipamentos compactos, de tipo modular, facilmente transportáveis e de custo relativamente reduzido. (BRASIL, 1978, p. 38).

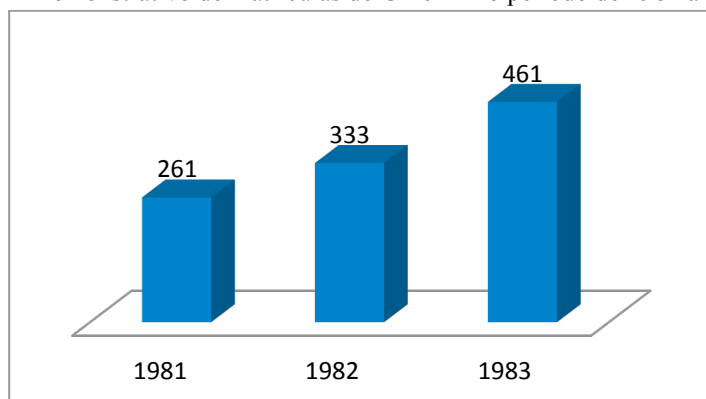
No primeiro ano de funcionamento da instituição, o CIEJBP não atingiu a meta de atender às escolas da rede estadual com a ofertada parte específica do currículo. O Centro de Ensino Coelho Neto foi a única escola que manteve a intercomplementaridade e enviou os/as alunos/as da terceira série para cursarem as disciplinas técnicas. Podemos apontar alguns motivos pelos quais as demais escolas existentes não buscaram a complementação das disciplinas técnicas: a distância, a perda de alunos (as), visto que na terceira série os (as) discentes passariam a frequentar o centro interescolar; o interesse desse público pelo ensino humanístico e o desinteresse por uma habilitação profissional básica que não proporcionaria a inclusão no mercado de trabalho e nem na universidade.

O histórico da instituição escolar em apreço nos informa sobre os cursos ofertados, além de evidenciar a distribuição de discentes por cursos e as possibilidades de implantação de outra habilitação em virtude dos equipamentos e laboratórios disponíveis:

Atualmente está funcionando com os cursos de **Eletricidade** com 15 alunos, **Administração** com 41 alunos, **Mecânica** com 19 alunos, **Crédito e Finanças** com 24 alunos, **Construção Civil** com 39 alunos e **Saúde** com 63 alunos. Tem condições e equipamentos suficientes para o funcionamento do Curso de Química todos estes dentro da filosofia das Habilitações Básicas estabelecidas pelo Parecer 76/75 com respaldo legal na Lei 5.692/71. Com o objetivo explícito da parte de formação especial do currículo voltado, neste caso, para o duplo fim de continuidade e da terminalidade dos estudos. (MARANHÃO, 1981b, p. 1, grifo nosso).

Pela quantidade pequena de alunos (as) apresentada no histórico, observamos que o CIEJBP não atingiu a meta de atender 2.400 alunos (as), conforme o objetivo estabelecido pelo acordo nº 1.067-BR. A capacidade de atendimento foi pouco aproveitada (Gráfico 1) mesmo com os redirecionamentos para o primeiro ano que previa a matrícula de 600 alunos (as) oriundos (as) do Centro de Ensino Coelho Neto.

Gráfico 1 - Demonstrativo de matrículas do CIEJBP no período de 1981 a 1983



Fonte: Maranhão (1984).

Considerando os preceitos de Magalhães (2004) para o qual as instituições educativas constituem realidades em constante transformação interna no e pelo relacionamento com a realidade envolvente, inferimos que o projeto educacional do CIEJBP tinha se mostrado um espaço limitado, que não correspondia às necessidades, desejos, objetivos e conveniências dos sujeitos que vivenciavam a instituição no seu cotidiano.

Dessa maneira, os atores educativos passaram a investir nos seus objetivos e interesses em busca da transformação do projeto de escola. Tal instituição foi extinta em 1983 e a partir

de 1984 deu lugar à Escola Técnica Estadual do Maranhão Dr. João Bacelar Portela (ETEMA) voltado para as habilitações plenas, isto é, para a formação do técnico com ocupação definida, de acordo com o Parecer nº 45/72.

A ARQUITETURA ESCOLAR DO CENTRO INTERESCOLAR DR. JOÃO BACELAR PORTELA E DA ETEMA

Justino Pereira de Magalhães (2004) aponta que a análise histórica das instituições escolares exige a abordagem de aspectos da sua *materialidade*, como os espaços, os tempos, os programas, a estrutura organizacional, a partir do que torna-se possível perceber a evolução institucional e o contexto sociocultural do qual faz parte. No que diz respeito às características da base material, o autor indica elementos essenciais a serem considerados como:

[...] localização, projeção e plano arquitetônico, processo de licenciamento enquadramento paisagístico e urbanístico e tipo de construção, organização dos espaços, estado de conservação, adaptações arquitetônicas e espaciais. A implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e/ou de relação refletem, condicionam ou estimulam a relação com a comunidade envolvente. (MAGALHÃES, 2004, p. 142).

No entendimento de Frago e Escolano (2001), o espaço e o tempo não são categorias abstratas ou neutras onde se desenvolvem a ação escolar. A instituição tem que ser analisada como uma construção cultural que transmite determinados discursos, experiências e aprendizagens para além da sua materialidade. No que diz respeito à arquitetura escolar, os autores pontuam que:

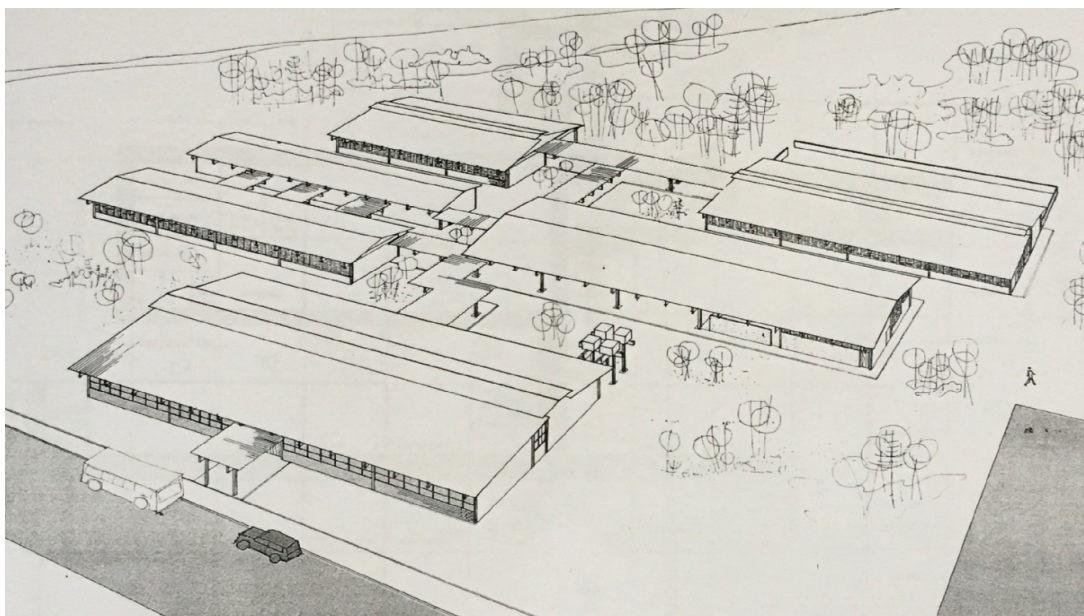
[...] é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (FRAGO; ESCOLANO 2001, p. 26).

O CIEJBP situou-se na Avenida Jorge Damous, s/n, na Vila Ivar Saldanha, zona urbana de São Luís. O prédio localizou-se em uma região periférica que engloba os bairros do João Paulo, da Alemanha, da Vila Palmeira, do Barreto, do Caratatiua e próximo ao Rio Anil. Situado em área de população com menos poder aquisitivo e de densidade demográfica elevada, o CIEJBP foi instalado em região de grande fluxo de pessoas que dá acesso a vários bairros e com serviços de transportes públicos, de energia e de água.

A construção do prédio escolar seguiu os parâmetros de uma arquitetura funcional de baixo custo com formas retilíneas, planas, ausência de decoração e organizada por blocos com o intuito de que cada espaço desempenhasse determinada função. Notamos que a escola na sua estrutura pedagógica e arquitetônica era impactada pelos discursos e pelos projetos políticos da época. Para atender à crescente massa de alunos (as) do segundo grau foi pensado um currículo funcional em que os discentes tivessem contato não somente com a sala de aula, mas que utilizassem espaços com os laboratórios, oficinas, bibliotecas, sala de orientação vocacional com o foco para a aquisição de conhecimentos técnicos necessários à inserção no mercado de trabalho. Destarte, a arquitetura refletia a necessidade do aumento do número de escolas funcionais voltadas para educação de natureza funcionalista.

Para todas as escolas de segundo grau construídas pelo Acordo nº 1.067-BR foi elaborado um projeto padrão pela Companhia Brasileira de Projetos Industriais (COBRAPI), subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), encomendado pelo Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE)⁵. Tal projeto de natureza pré-fabricada se baseava em um sistema modular de construções escolares em estrutura metálica com alvenaria que seguia a lógica da racionalidade, da diminuição dos custos por meio da redução do tempo de montagem dos prédios.

Figura 1 - Projeto arquitetônico para as escolas de segundo grau com habilitação básica



Fonte: Brasil ([197-], p.121).

⁵Órgão criado pelo Decreto 72.532, de 26/07/1973, no governo de Emílio Garrastazu Médici. Tinha a função de planejar as instalações das escolas de primeiro e segundo graus, assim como os equipamentos a elas destinados.

Típica da política educacional implantada no país na década de 1970, caracterizada pela tentativa de expansão do ensino sem o aumento dos recursos financeiros, a fim de não comprometer a política econômica adotada, a decisão de construir escolas em estruturas metálicas com instalações físicas padronizadas foi defendida pelo governo como necessária para substituir as técnicas tradicionais de construções escolares que geravam altos custos. Nesse sentido, adotou-se uma estrutura mais simples que refletia o mínimo de investimento de capital para o máximo rendimento, o qual beneficiou o ramo da indústria siderúrgica brasileira.

A CSN, ao elaborar um sistema de pré-fabricação modular, a partir de um protótipo aplicado no Rio Grande do Sul, generalizou-o na construção de escolas de primeiro e segundo graus e de escolas rurais nas diversas regiões do País, independente das condições climáticas, físicas e socioeconômicas. Entendemos que a generalização de um projeto para todos os Estados cumpria o objetivo também de favorecer a CSN, haja vista que ela disponibilizou todo o aço para a produção das chapas metálicas das 31 escolas de segundo grau construídas pelo Acordo nº 1.067-BR, além de outras escolas que devem ter sido construídas nesse sistema as quais não se constituem objetos de interesse deste trabalho.

A redução nos gastos, no prazo de implantação e execução desses prédios constituiu uma estratégia do governo para que os sistemas municipais, estaduais acelerassem o atendimento da demanda estudantil e para manter o número de escolas previsto por programas que envolviam recursos de agências internacionais, já que os níveis inflacionários da economia brasileira ameaçavam a redução no programa de construção.

Na Figura 2, verificamos a fachada do CIEJBP edificada no sistema modular de estrutura metálica. À esquerda, encontra-se o bloco administrativo que dá acesso a todas as instalações escolares; uma porta frontal que permitia o acesso da comunidade à biblioteca; à direita, um dos blocos de salas de aula; os mastros para erguimento das bandeiras, o portão e o muro que substituiu a cerca de contorno em tela de arame.

Observamos os componentes empregados na obra, tais como tijolos laminados aparentes nas paredes externas, cuja altura atingia 1,28 m; janelas de madeira do tipo veneziana com 1,40 m até a altura da estrutura metálica e cobertura em chapas onduladas de cimento amianto. A Figura 2 capturada quando a instituição se denominava ETEMA é pertinente para evidenciar que a escola conservou a sua estrutura inicial até após o ano do recorte desta pesquisa, apresentando apenas o crescimento horizontal das suas estruturas.

O projeto para as escolas de segundo grau previa conjuntos arquitetônicos funcionais e independentes, ligados por passarelas cobertas, que facilitaria os posicionamentos dos blocos

para a otimização do terreno. O sistema foi composto por treliças com chapas dobradas que formaram módulos básicos (salas) de 7,50m x 7,50m com área de 56,25 m², projetado para comportar razoavelmente 40 alunos (as). Desse modo, processou-se a justaposição de módulos básicos para composição de cada bloco arquitetônico da escola, assim.

Figura 2 - Fachada do prédio



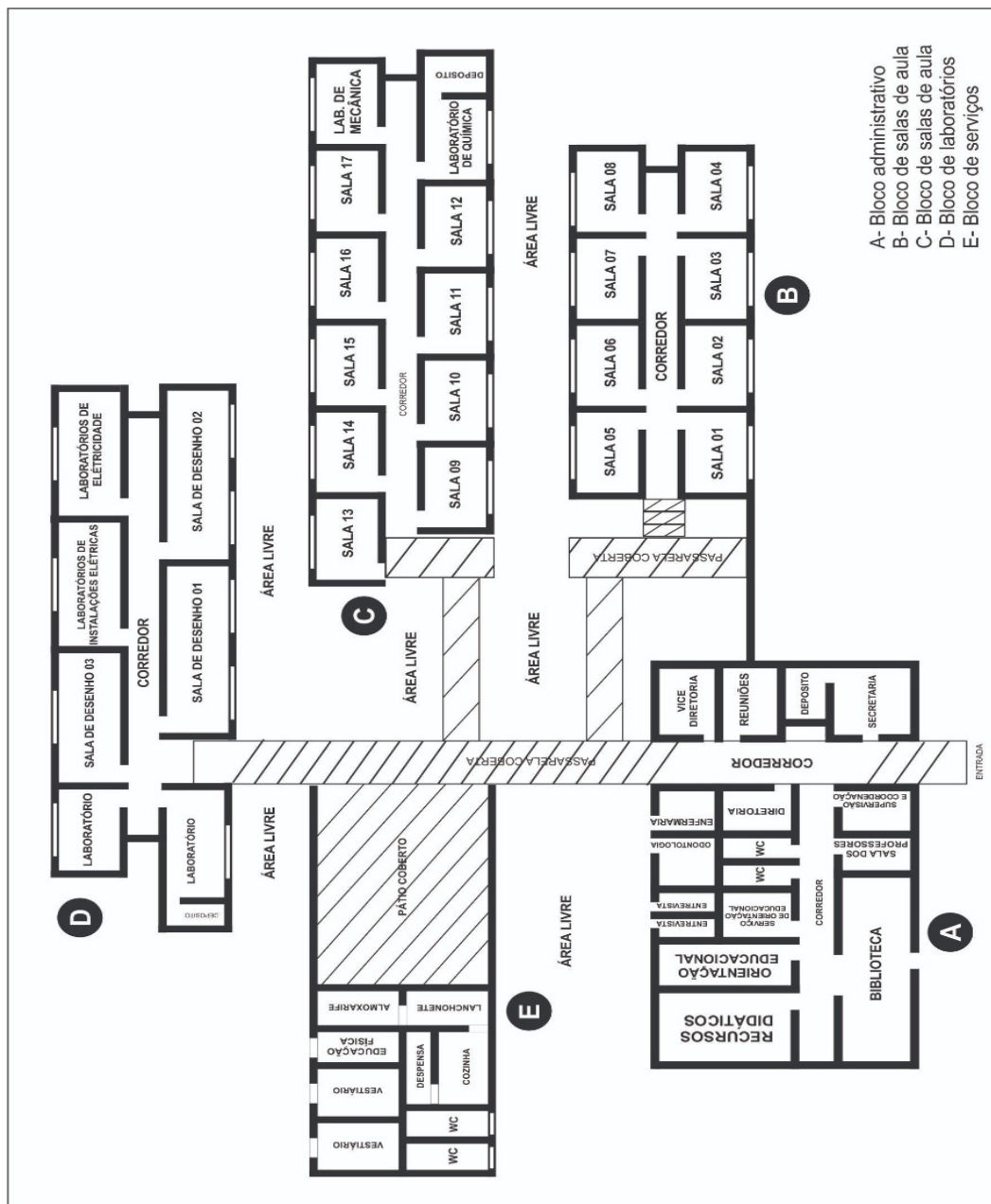
Fonte: Arquivo da escola.

A distribuição espacial do CIEJBP determinava os lugares que cada sujeito educativo deveria ocupar. O Bloco A (Figura 3) abrigava os ambientes da direção escolar e do setor técnico-pedagógico. Era um espaço destinado para a circulação de professores (as), diretores (as), orientadoras, supervisoras educacionais e secretárias escolares. Os (as) alunos (as) transitavam nesse bloco, na maioria das vezes, para entrar e sair da escola e para acessar a biblioteca, certamente porque a planta da escola admitia uma entrada secundária na parte frontal para o atendimento à comunidade.

A localização da sala do diretor e do vice-diretor na entrada do prédio reflete a posição e os papéis que esses sujeitos ocupavam de representantes da escola na comunidade externa e responsável pelos serviços gerais, administrativos e pedagógicos, além de exercer o controle e a vigilância hierárquica sobre os corpos docente, discente e administrativo. Sendo assim, a presença da sala de professores (as), da sala de supervisão, orientação e secretaria próximas à direção escolar facilitava a comunicação, o controle de frequência às salas de aula, fiscalização das cargas horárias e da execução das tarefas, o cumprimento do horário de entrada e de saída. Ao passo que também exercia a distribuição de micro poderes, pois ao

serem controlados pela direção, todos se controlavam, observavam-se e regulavam as atividades no cotidiano escolar.

Figura 3– Projeto gráfico da planta baixa da escola em 1981



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Maranhão (1984).

Se o Bloco A era assimilado como um espaço demarcado para poucos, isto é, para as autoridades da escola, os principais lugares permitidos e frequentados pelos (as) alunos (as) eram as salas de aula, os corredores, o pátio coberto, a quadra de cimento, a biblioteca e os pequenos espaços livres entre os blocos.

Nos anos de 1981 a 1983, os estudantes frequentavam as salas de aula do Bloco B e C onde havia salas-ambientes das habilitações de Saúde, de Crédito e Finanças e de

Administração. Além destes, somente os inscritos nos cursos industriais frequentavam os laboratórios localizados no Bloco D.

A despeito do regimento interno para as escolas de segundo grau da rede estadual (1975) prescrever como um dos deveres dos (as) alunos (as) se apresentarem devidamente uniformizados (as) ao colégio e com o máximo asseio percebemos que no período em apreço havia maior flexibilidade no que diz respeito ao fardamento escolar. Talvez essa maleabilidade decorresse do fato de os (as) discentes serem além de poucos, oriundos e matriculados (as) em outra instituição escolar, talvez porque os mesmos (as) se engajaram cedo nas atividades que exigiam a colaboração de todos na manutenção, organização e limpeza do prédio, visto que de imediato o CIEJBP não contava com todos os funcionários para o desempenho das tarefas. Essa situação deve ter permitido o maior trânsito de alunos (as) nos espaços da escola.

Evidenciamos que os dispositivos de controle e de disciplinarização dos (as) alunos (as) foram implantados progressivamente quando houve o aumento do número de matrículas, de funcionários (as) e de professores (as) por ocasião da mudança de CIEJBP para ETEMA. Deste modo, é possível que a escola tenha exigido o cumprimento das regras estabelecidas pelo *Regimento Interno dos Estabelecimentos de 2º Grau da Rede Oficial Estadual* (1975; 1989) e limitado os espaços frequentados pelo (as) estudantes.

A transformação do CIEJBP em ETEMA em 1985 motivou a procura por vagas e o aumento do número de matrículas. Se em 1984 a instituição possuía 713 alunos (as), em 1985 alcançou 1.295⁶. Considerando a elevada quantidade de discentes, as salas de aulas foram distribuídas nos dois blocos (B e C) conforme previa o projeto inicial. O acesso aos (às) discentes nos blocos era segmentado por série: o Bloco B era destinado aos (às) alunos (as) do 1º ano, enquanto as turmas de 2º e 3º ano ficavam no Bloco C.

A separação dos (as) discentes por nível de conhecimento implicava simbologias aprendidas nos usos dos espaços, naquilo que era permitido e negado, nas relações estabelecidas com seus usuários. Sendo assim, a divisão dos (as) alunos (as) por série era aprendido como uma etapa a ser conquistada, isto é, frequentar o Bloco C significava integrar as turmas mais adiantadas dos cursos técnicos, pois os discentes estariam mais próximos dos conhecimentos de suas áreas em virtude de as disciplinas serem na maioria específicas, além de terem acesso aos laboratórios e ao maquinário, mesmo que de forma controlada, em horários determinados pela escola.

⁶Informações obtidas mediante consultas aos livros de Atas Finais da ETEMA (1984 a 1996).

Das oito salas existentes no Bloco B, apenas sete eram destinadas às aulas. No decurso das décadas de 1980 e de 1990, a ocupação delas ultrapassou a capacidade planejada pela COBRAPI que era de 40 alunos (as) e recebeu até 68 discentes nas turmas de 1ª série em 1987⁷. No Bloco B, das onze salas existentes, somente sete eram ocupadas, enquanto duas permaneciam ociosas. Não poderia a supervisão e direção escolar distribuir os (as) alunos (as) do 1º ano nas salas desocupadas do Bloco C, a fim de proporcionar maior conforto espacial e térmico?

Supomos que a classificação dos (as) estudantes em blocos arquitetônicos de acordo com as séries se justificasse porque o aumento do número de salas elevaria a quantidade de professores (as) necessários para cobrir as turmas excedentes. Talvez as cargas horárias dos (as)docentes ultrapassassem as 20 horas semanais, o que necessitaria a contratação de mais profissionais. De outra maneira, entendemos, na perspectiva de Foucault (2014), que a divisão dos (as) alunos (as) cumpria a uma questão disciplinar por isso o uso da cerca, do bloco de salas de aula, aquela que determina a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo.

Ainda de acordo com Foucault (2014), a distribuição espacial dos (as) alunos (as) guiava-se pela lógica do *quadriculamento*, pela ideia de que cada sujeito deveria ocupar um lugar específico para facilitar a vigilância das atividades escolares, a observação dos comportamentos individuais e de todos concomitantemente. Assim, os blocos arquitetônicos da escola por séries, conhecimento e idade organizavam-se com o propósito de criar um espaço útil de produção, de melhoramento dos desempenhos, de combinação dos tempos de aprendizagens dos (as) discentes para obtenção de bons resultados.

A frequência dos discentes nas salas de aula não significava maior liberdade na sua ocupação. Estes ambientes se distribuíam ao longo de um corredor que servia para circulação e para o monitoramento dos (as) alunos (as), posto que existia na entrada de cada bloco, um portão para controlar as fugas, os atrasos, as brincadeiras, a dispersão e para conformá-los à turma. Além disso, a própria sala de aula com o quadro negro localizado ao lado da porta se constituía um mecanismo de poder para disciplinar os corpos, pois servia ao (à) docente para controlar a entrada e a saída dos (as) alunos (as).

De modo igual, podemos dizer que a organização das carteiras escolares em fileiras impedia que os (as) alunos (as) ocupassem livremente o espaço de aulas. Concordamos com Iwaya (2005) ao afirmar que na sala de aula o movimento dos discentes era controlado e

⁷Informações obtidas mediante consultas aos livros de Atas Finais da ETEMA (1984 a 1996)

regulado pela própria carteira, os quais permaneciam com os olhos voltados para o professor, para ao quadro negro e para a nuca do colega da frente.

O pátio coberto era o lugar destinado ao lazer, às feiras de ciência, às apresentações culturais, às interações com os (as) alunos (as) de outras turmas, mas não deixava de ser vigiado e controlado. Por ser um espaço de convivência pequeno para abrigar todo o corpo discente, muitos permaneciam nas salas de aula e outros ocupavam as áreas entre os blocos (informação verbal)⁸, talvez para ficarem mais à vontade fisicamente e pra conversarem fora da zona de controle e dos olhares vigilantes.

A planificação do CIEJBP se coaduna às observações de Gonçalves (1996) sobre a arquitetura do tipo racional e funcional: blocos interligados por passarelas, corredores retos, espaços quadrados, predominância do uso de retas e de formas geométricas que se assemelhava a um corpo dividido funcionalmente: a cabeça (bloco administrativo), o tronco (blocos de salas de aula e de laboratório) e os membros (bloco de serviços). Os espaços frequentados e permitidos nesse conjunto funcional deixam ver a posição ocupada pelos sujeitos, os limites impostos pela arquitetura e a sua função de espaço disciplinar e manutenção do poder, como nos alerta Foucault (2014).

Na abertura dos trabalhos legislativos de 1988, o governador Eptácio Cafeteira apresentou as realizações e os resultados alcançados pelo seu governo no ano de 1987. No ensino de segundo grau regular, constavam 14 realizações, dentre elas:

Reforma de 07 prédios escolares de 2º Grau: Centro de Ensino Coelho Neto, Centro de Ensino Almirante Tamandaré, Centro de Ensino Gonçalves Dias, **Escola Técnica Estadual Dr. João Bacelar Portela**, Escola Nossa Senhora da Conceição e Centro de Ensino de 2º Grau Liceu Maranhenses, na capital; e Centro de Ensino Newton Neves, em Itapecuru-Mirim; [...] (MARANHÃO, 1988, p. 97, grifo nosso).

Pela quantidade elevada de escolas reformadas em 1987 e pelas entrevistas de funcionários⁹ e de ex-alunos (as)¹⁰ que afirmaram não ter observado nenhuma mudança significativa, levantamos a hipótese de que a escola não deve ter sofrido grandes alterações na sua estrutura física. Percebemos isto também devido à ausência da placa da referida reforma, visto que na entrada do estabelecimento de ensino estão fixadas as quatro placas que marcaram transformações no prédio da ETEMA. Entendemos que as reformas anunciadas,

⁸ Informação verbal concedida por um ex-aluno em São Luís, 2017.

⁹ José Roque Ribeiro, Ivana Veras Ramos, Maria de Fátima Borralho, entre outros.

¹⁰ Alunos (as) da turma 301 matutino do curso de Metalurgia.

pelo menos no caso da ETEMA, reduziram-se à manutenção básica como pintura, reparações elétricas, hidráulicas e consertos em geral.

Encontramos ainda outros indícios de que a ETEMA passou por uma reforma no ano de 1990. Na redação do Ofício nº 79, de 02 de agosto de 1993, o grêmio estudantil solicitava da SEDUC a instalação de novos ambientes como auditório, galpões, quadra esportiva e afirmava que na reforma de 1991 a escola não tinha sido contemplada com esses espaços. Além disso, a placa da aludida reforma consta na entrada do prédio indicando que em janeiro de 1991, o governador João Alberto de Sousa entregou a reforma e ampliação da ETEMA.

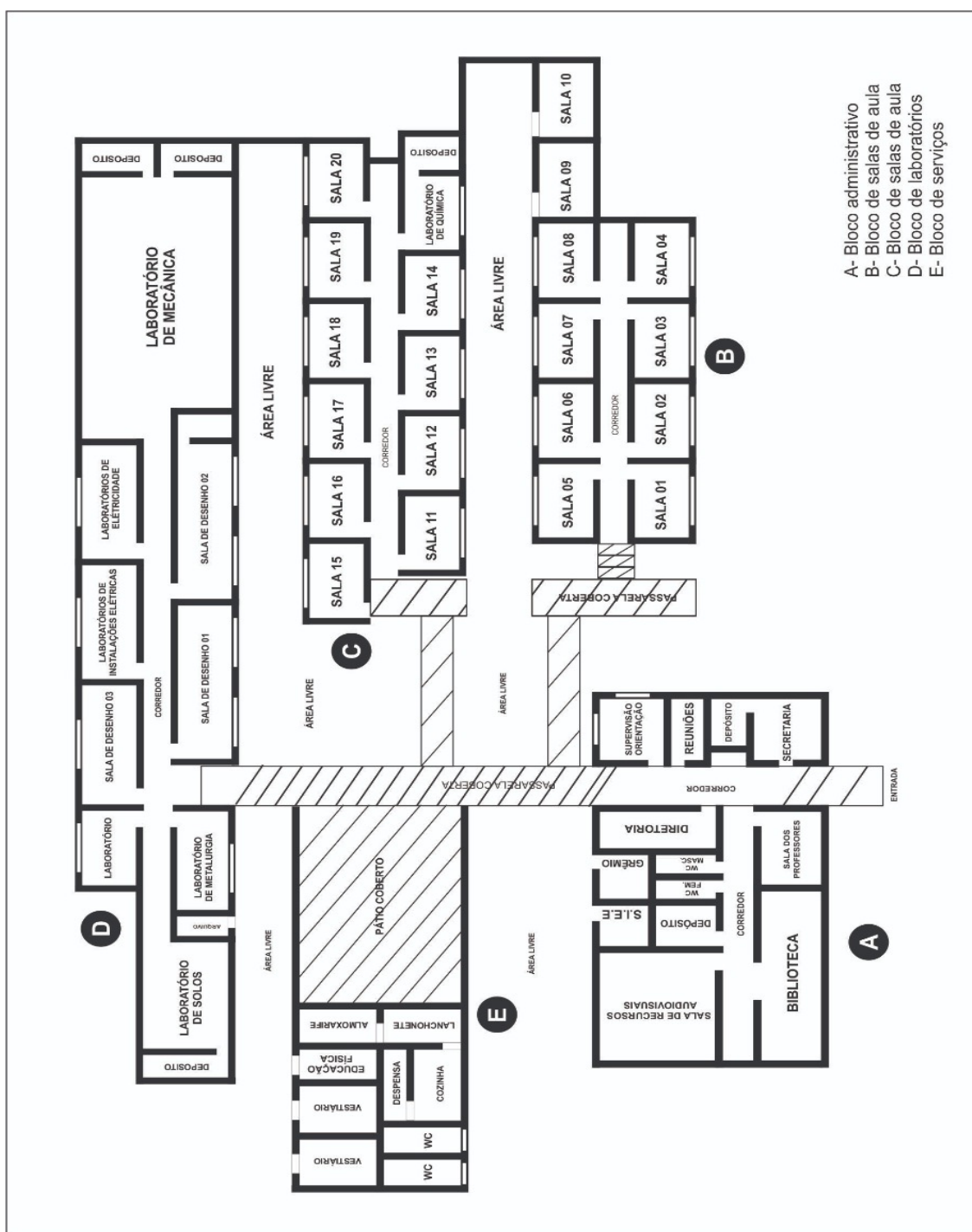
Os usos cotidianos dos espaços, a necessidade de criação de novos ambientes e as reivindicações dos (as) alunos (as) culminaram na expansão física da ETEMA. Acreditamos que uma das alterações foi a substituição da cerca de contorno em arame por um muro de tijolo, provavelmente por causa das invasões à escola, em virtude do rompimento de sua cerca. O relatório final do acordo nº 1.067-BR já indicava que cercar as escolas na comunidade isolava os moradores, intervinha nas suas rotinas e se manifestava com agressões à escola, tais como a derrubada de muros e depredações.

O projeto arquitetônico inicial e as características gerais internas e externas da planta baixa foram pouco modificados. No Bloco A, a enfermaria deu lugar à expansão da sala da direção que abrigou também a vice-diretoria. É provável que este ambiente tenha sido organizado com o acesso indireto e mediado, isto é, com uma sala ou outro espaço prévio que é necessário atravessar para se chegar a direção.

Os serviços de coordenação, supervisão e orientação escolar foram remanejados para o corredor, onde antes funcionava a vice-diretoria, talvez porque os (as) profissionais daqueles setores ficavam distribuídos em três salas diferentes e a intenção dos arquitetos fosse de reunir o grupo em única sala para facilitar a comunicação, a tomada de decisões e a vigilância dos (as) alunos (as), visto que as janelas venezianas permitiam uma visão dos movimentos nas entradas dos blocos de salas de aula e, em parte, do pátio da escola.

A sala de professores (as) também foi ampliada por meio da ocupação da antiga sala da supervisão e da coordenação escolar que ficava ao lado. O aumento da quantidade de docentes na ETEMA exigia maior espaço para a permanência e descanso dos (as) professores (as), para as reuniões, encontros pedagógicos, comemorações e para que os (as) mesmos (as) não se dispersassem na escola, visto que dificultaria o controle do horário de trabalho, das horas-aulas ministradas diariamente nas turmas.

Figura 4 – Projeto gráfico da planta escolar após reforma de 1991



Fonte: elaborada pela autora com base no arquivo do setor de engenharia da SEDUC.

De igual modo, a outra sala de orientação educacional que ficava ao lado da sala de recursos didáticos cedeu espaço para o aumento desta, que passou a ser chamada de sala de vídeo provavelmente devido à necessidade de manter os alunos (as) em contato com outros recursos para facilitar a aprendizagem. Como eram pouco utilizadas, a sala de odontologia e as duas de entrevistas foram substituídas pelo grêmio estudantil e pelo Serviço Integração Escola- Empresa (SIEE).

As mudanças no Bloco B não representaram melhorias no conforto visual, espacial e térmico, uma vez que o corredor escuro de acesso às salas, as telhas de amianto, o forro Eucatex do tipo pacote e a quantidade elevada de alunos (as) por ambiente foram mantidos. Em face da demanda de matrícula no 1º ano na ETEMA, duas salas de aula foram acrescentadas (salas 9 e 10), todavia o acesso não ocorreu pelo corredor do Bloco B e sim pela área livre entre os Blocos B e D.

Consideramos que a entrada das salas 9 e 10 pela área livre cumpria dois propósitos: o primeiro relativo à racionalização de gastos na reforma, pois para colocar a entrada pelo mesmo corredor necessitaria da sua ampliação e do aumento de materiais como estrutura metálica, telhas etc. O segundo propósito se extrai pela versatilidade do uso das referidas salas, seja para atender as outras turmas, entre elas as de 4ª série iniciadas a partir do ano letivo de 1993, seja para criar espaços de articulação discentes, tais como cultos e reuniões de interesse estudantil (informação verbal)¹¹. Como a entrada do Bloco B só dava acesso a oito salas de aula, é possível que uma delas tenha sido ocupada em 1992 pela turma 109¹² do turno vespertino e nos anos seguintes tenha ficado à disposição de atividades diversas dos(as) alunos (as) em horários determinados e com a pauta conhecida pela escola.

O número de salas de aula no Bloco C passou de nove para dez, isto porque o laboratório de Mecânica foi remanejado para o Bloco D, onde houve a construção de uma grande sala de experimentos mecânicos composta, de acordo com a pasta de patrimônio da ETEMA (1991; 1992), de instrumentos como plainas limadora, polikorte, serra elétrica, frisadora mecânica, tornos mecânicos, furadoras diversas, motores de bancada, mesas de traçagem, esmeriladoras, paquímetros, marretas, transformadores monofásicos, armários de aço, bancada de madeira e carteiras do tipo universitário.

Alguns ambientes foram conservados no Bloco D como os laboratórios de Instalações Elétricas, Eletrotécnica, Metalurgia, salas de desenho. Assim como o laboratório de Mecânica, o laboratório de Solos foram os únicos ambientes acrescentados neste bloco que serviriam aos cursos de Metalurgia e Edificações. Na pasta de patrimônio da ETEMA constava como materiais do laboratório de solos: estufas, prensas hidráulicas, balança, penetrômetro de solos, aparelho Speedy, agitador de peneiras, aparelho Casa Grande, prato perfurado de bronze, tripé porta extensômetro, disco espaçador de aço, cilindros de comparação, picnômetro de vidro, agitador de peneira, carteiras, armários de aço.

¹¹ Informação verbal concedida por ex-aluno, em São Luís, 2017.

¹² Informação obtida mediante consulta nas Atas de Resultados Finais da escola (1990-1996).

A reforma e a ampliação do prédio em 1991 não alterou a configuração geral do prédio, que ocorreu seguindo o modelo da estrutura metálica com suas formas e espaços retilíneos, típico de uma arquitetura funcional. Notamos que as alterações ocorreram na medida em que a escola foi sendo usada, nos usos que os sujeitos escolares faziam dos espaços (Bloco A); por questões de exigências educacionais com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento (Bloco B) e para viabilizar espaços essenciais para a habilitação profissional que a escola se propunha a desenvolver (Bloco C) daí a ênfase na construção de ambientes específicos, como os laboratórios, para dar suporte às atividades de ensino e para a distribuição e ordenamento da escola.

A localização da escola em bairro periférico, projetada para atender em especial à comunidade do João Paulo e adjacências, com acesso às principais avenidas de São Luís facilitou o ingresso de alunos (as) das classes populares oriundos de vários bairros da capital e de cidades vizinhas, como Paço do Lumiar e São José de Ribamar¹³, talvez porque a partir de 1984 a ETEMA passou a ser a única escola estadual a oferecer ensino profissionalizante no setor industrial. Dessa maneira, é possível que muitos estudantes e seus responsáveis vislumbrassem acessar o mercado de trabalho via diplomação em habilitação profissional da ETEMA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vila Ivar Saldanha, na cidade de São Luís, recebeu o único centro interescolar de segundo grau instalado no estado. A motivação para tal escolha se deu em função das proximidades do maior bairro operário de São Luís, na época, o João Paulo; o número de localidades que cresceu no raio de influência desse bairro; a inexistência de escolas públicas de segundo grau para atender a grande população em idade escolar; a disponibilidade de terreno em dimensões e valores exigidos pelo Projeto nº 1.67-BR, a importância do João Paulo como um bairro de grande expressão comercial e industrial; à localização privilegiada da escola, nas proximidades das principais avenidas de acesso a muitos bairros da cidade e às pressões dos (as) moradores (as) que exigiam dos governantes melhorias nas condições de acesso aos bens e aos serviços sociais.

A arquitetura escolar do CIEJBP reflete a política de construções escolares na década de 1970, cujo objetivo era de acelerar as edificações de prédios, principalmente, daqueles

¹³ Informação obtida por meio de entrevista comum ex-diretor e uma ex-coordenadora.

financiados com recursos internacionais e de minimizar os custos por meio de um sistema de fabricação em estrutura metálica arquitetado pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Acreditamos que a materialidade do CIEJBP/ETEMA expressava e refletia os discursos e projetos políticos da época como o da formação de recursos humanos para o mercado de trabalho, da funcionalidade. Desse modo, a arquitetura do prédio de características, simples, racional, retilínea e de baixo custo dialogava com a estrutura pedagógica baseada no currículo funcional em que o foco era o contato dos discentes com outros espaços para a aquisição de conhecimentos técnicos necessários à inserção no mercado de trabalho, como laboratórios, oficinas, bibliotecas, sala de orientação vocacional.

Destarte, a arquitetura refletia a necessidade do aumento do número de escolas funcionais voltadas para educação de natureza funcionalista, assim como transmitia conteúdos, estímulos e valores sobre o uso dos espaços, impondo uma “especialização disciplinar” (ESCOLANO, 1998) para economia do tempo e das rotinas escolares.

As alterações na estrutura física da escola corresponderam à necessidade de readequação do prédio diante dos usos dos seus espaços. De outra forma, também esteve associada à organização dos movimentos e os gestos dos sujeitos que vivenciaram o cotidiano da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Sistema modular de construção de escolas em estrutura metálica A-01:** concepção e desenvolvimento. Rio de Janeiro, [197-]. 137 p.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório nº 515 a - BR:** apreciação do segundo projeto educacional para o Brasil. Brasília, 1974a.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação **Uma nova opção para o ensino profissionalizante:** a habilitação básica. Brasília, 1978a. 50 p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Médio. **Ensino de 2º Grau:** habilitação profissional. Brasília, 1978b, 96 p.

CERTEAU, M.A **invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 316 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p.

FRAGO, A.V; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 151 p.

FRAGO, A. V.. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A.. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59- 139.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil** (1964-1985). 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 297 p.

IWAYA, M. Cenário e palco para a instrução – A linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 171-191.

MAGALHÃES, J. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária SãoFrancisco, 2004. 178 p.

MARANHÃO .Centro Interescolar de 2º Grau Dr. João Bacelar Portela. **Histórico**. São Luís, 1981b. 1 p.

_____. **Processo nº 761 de reconhecimento dos cursos técnicos da Escola Técnica Estadual do Maranhão**. São Luís, 1984. 18 p.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Epitácio Cafeteira em 1988**. São Luís: SEPLAN, 1988. 138 p.

_____. **Sinopse estatística do Maranhão**. São Luís: FIPES, 1979. v.1, 199 p.

GONÇALVES, R. C. P.**Arquitetura escolar**: a essência aparece. Fábrica e escola confundem-se no desenho da Polivalente. 1996. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

SOUZA, N. A. **De Centro Interescolar de Segundo Grau a Escola Técnica Estadual do Maranhão “Dr. João Bacelar Portela”**: história e memória de uma instituição escolar (1980-1996). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi. 10.11606/D. 48.2018. tde-06072018-110649. acesso em 2019-04-28.